

PARECER 82/CITE/2018

Assunto: Parecer prévio ao despedimento de duas trabalhadoras grávidas incluídas em processo de despedimento coletivo, nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 63.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.

Processo n.º 174/DG-C/2018

I – OBJETO

- 1.1. Em 26.01.2018, a CITE recebeu da ... - cópia de um processo de despedimento coletivo, que inclui as trabalhadoras, ..., Arquitecta e ..., Arquitecta Paisagista, grávidas, para efeitos da emissão de parecer prévio, nos termos do disposto no n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 63º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.

- 1.2. Na carta dirigida à trabalhadora ..., objeto do presente parecer, e por esta recebida, em 20.09.2017, a empresa refere, nomeadamente, o seguinte: "*Exma. Senhora, Vimos comunicar o seu despedimento, no âmbito do processo de despedimento coletivo dos trabalhadores afetos à empresa ..., nos termos do nº1 do artigo 363.º do Código do Trabalho e com os fundamentos seguintes: 1. Motivo do Despedimento. No passado dia 4 do corrente, a empresa ..., com sede em ..., comunicou-nos prescindir dos serviços que lhe vimos prestando a partir do dia 01.03.2018 e, no atual contexto de mercado nacional, não existem potenciais clientes interessados na nossa contratação. 2. Data da Cessação do Contrato de Trabalho. A atividade desta empresa*

cessará no dia 28.02.2018, pelo que, o contrato de trabalho cessará no dia 28.02.2018, conforme o aviso prévio previsto na al. b) do n.º1 do artigo 365.º do CT. 3. Compensação- O direito à compensação prevista nos n.s 1, 2 e 6 do artigo 366.º do CT será assegurado no valor de €1.380, correspondente a 18 dias de retribuição-base por cada ano completo de antiguidade e respetiva fração correspondente ao corrente ano, acrescendo a este valor os créditos emergentes da cessação do contrato. A compensação e os créditos emergentes da cessação do contrato de trabalho serão pagos por transferência bancária, até ao dia da cessação dos contrato — 28.02.2018.Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos”.

- 1.3. Na carta dirigida à *trabalhadora ...* objeto do presente parecer, e por esta recebida, em 20.09.2017, a empresa refere, nomeadamente, o seguinte: "*Exma. Senhora, Vimos comunicar o seu despedimento, no âmbito do processo de despedimento coletivo dos trabalhadores afetos à empresa ..., nos termos do nº1 363 do Código do Trabalho e com os fundamentos seguintes: 1. Motivo do Despedimento. No passado dia 4 do corrente, a empresa ..., com sede em ..., ..., comunicou-nos prescindir dos serviços que lhe vimos prestando a partir do dia 01.03.2018 e, no atual contexto de mercado nacional, não existem potenciais clientes interessados na nossa contratação. 2. Data da Cessação do Contrato de Trabalho. A atividade desta empresa cessará no dia 28.02.2018, pelo que, o contrato de trabalho cessará no dia 28.02.2018, conforme o aviso prévio previsto na al. b) do n.º1 do artigo 365.º do CT. 3. Compensação. O direito à compensação prevista nos n.s 1, 2 e 6 do artigo 366.º do CT será assegurado no valor de €1.380,*

correspondente a 18 dias de retribuição-base por cada ano completo de antiguidade e respetiva fração correspondente ao corrente ano, acrescendo a este valor os créditos emergentes da cessação do contrato. A compensação e os créditos emergentes da cessação do contrato de trabalho serão pagos por transferência bancária, até ao dia da cessação dos contratos — 28.02.2018. Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos".

1.4. Foi também enviada a ata da reunião e informação que sucintamente se transcreve: *"ATA de Reunião e Informação: "Ao vigésimo quinto dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas e trinta minutos, o legal representante da sociedade ..., NIPC- ..., a ..., reuniu-se na Rua ..., ...,, ..., Escritório ... — ..., com os trabalhadores abrangidos pelo despedimento coletivo à frente identificados nos termos e para os efeitos previstos no artigo 361º do CT, tudo na sequência da notificação escrita que lhes foi dirigida por carta datada de 12.01.2018: ..., ..., ... Por solicitação do legal representante da sociedade esteve presente a Senhora advogada, ..., portadora da ..., com escritório na Av. ... — ... A DGERT não se fez representar na reunião apesar de regularmente notificada para o efeito, tendo enviado a 16.01.2018 uma comunicação eletrónica informando no sentido de nenhum representante seu ir comparecer. Iniciada a reunião, o sócio e gerente da sociedade, ..., reiterou a intenção de proceder ao despedimento coletivo de todos os trabalhadores por se manterem inalterados os factos comunicados a cada um deles, ou seja, a inexistência de trabalho a partir de 01.03.2018. Em consequência, a data de cessação de todos os contratos de trabalho será o dia 28.02.2018, data até quando serão pagos a cada um dos trabalhadores*

os valores da compensação e demais créditos laborais. Afirma, pois, o propósito da empresa proceder ao pagamento integral das compensações previstas no artigo 366º do CT, respeitando os períodos de pré-aviso definidos no artigo 363º do CT e os demais créditos laborais a que cada um tem direito, tudo conforme simulação entregue em data anterior à presente data. O sócio-gerente prestou ainda esclarecimentos sobre a forma de cálculo do subsídio de férias em duodecénios. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h. Para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser rubricada e assinada por todos os presentes".

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979, e com entrada em vigor na ordem internacional a 3 de setembro de 1981, em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1, assinada por Portugal a 24 de abril de 1980 e aprovada para ratificação pela Lei n.º 23/80, de 26 de julho, publicada no Diário da República I Série A, n.º 171/80 e em vigor na ordem jurídica portuguesa desde 3 de setembro de 1981, determina no seu artigo 11.º que:
- "Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres no domínio do emprego com o fim de assegurar, com base na igualdade dos homens e das mulheres, os mesmos direitos, em particular: (...)*
- Instituir a concessão do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade pago ou conferindo direito a prestações*

sociais comparáveis, com a garantia da manutenção do emprego anterior, dos direitos de antiguidade e das vantagens sociais (...)."

- 2.2. O artigo 10.º, n.º 1 da Diretiva 92/85/CEE do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, obriga os Estados-membros a tomar as medidas necessárias para proibir que as trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes sejam despedidas durante o período compreendido entre o início da gravidez e o termo da licença por maternidade, salvo nos casos excepcionais não relacionados com o estado de gravidez.
- 2.2.1. Um dos considerandos da referida Diretiva refere que "... o risco de serem despedidas por motivos relacionados com o seu estado pode ter efeitos prejudiciais no estado físico e psíquico das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes e que, por conseguinte, é necessário prever uma proibição de despedimento;".
- 2.2.2. Por outro lado, é jurisprudência uniforme e continuada do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (ver, entre outros, os Acórdãos proferidos nos processos C-179/88, C-421/92, C-32/93, C-207/98 e C-109/00) que o despedimento de uma trabalhadora devido à sua gravidez constitui uma discriminação direta em razão do sexo, proibida nos termos do artigo 14º n.º 1, alínea c) da Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional.
- 2.3. Em conformidade com a norma comunitária, a legislação nacional consagra no artigo 63º, n.º 1 do Código do Trabalho, que "o

despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou de trabalhador no gozo de licença parental carece de parecer prévio da entidade competente na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres que é esta Comissão, conforme alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março.

2.4. Nos termos do artigo 359.º do Código do Trabalho:

“1 – Considera-se despedimento coletivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador e operada simultânea ou sucessivamente no período de três meses, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respetivamente, de microempresa ou de pequena empresa, por um lado, ou de média ou grande empresa, por outro, sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento de uma ou várias secções ou estrutura equivalente ou redução do número de trabalhadores determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior consideram-se, nomeadamente:

a) Motivos de mercado – redução da atividade da empresa provocada pela diminuição previsível da procura de bens ou serviços ou impossibilidade superveniente, prática ou legal, de colocar esses bens ou serviços no mercado;

b) Motivos estruturais – desequilíbrio económico-financeiro, mudança de atividade, reestruturação da organização produtiva ou substituição de produtos dominantes;

c) Motivos tecnológicos – alterações nas técnicas ou processos de fabrico, automatização de instrumentos de produção, de controlo ou

de movimentação de cargas, bem como informatização de serviços ou automatização de meios de comunicação”.

2.5. Em conformidade com o artigo 360.º do referido Código:

“1 – O empregador que pretenda proceder a um despedimento coletivo comunica essa intenção, por escrito, à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão intersindical ou às comissões sindicais da empresa representativas dos trabalhadores a abranger.

2 – Da comunicação a que se refere o número anterior devem constar:

- a) Os motivos invocados para o despedimento coletivo;
- b) O quadro de pessoal, discriminado por sectores organizacionais da empresa;
- c) Os critérios para seleção dos trabalhadores a despedir;
- d) O número de trabalhadores a despedir e as categorias profissionais abrangidas;
- e) O período de tempo no decurso do qual se pretende efetuar o despedimento;
- f) O método de cálculo de compensação a conceder genericamente aos trabalhadores a despedir, se for caso disso, sem prejuízo da compensação estabelecida no artigo 366.º ou em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

3 – Na falta das entidades referidas no n.º 1, o empregador comunica a intenção de proceder ao despedimento, por escrito, a cada um dos trabalhadores que possam ser abrangidos, os quais podem designar, de entre eles, no prazo de cinco dias úteis a contar da receção da comunicação, uma comissão representativa com o máximo de três ou cinco membros consoante o despedimento abranja até cinco ou mais trabalhadores.

- 4 – No caso previsto no número anterior, o empregador envia à comissão neste referida os elementos de informação discriminados no n.º 2.
- 5 – O empregador, na data em que procede à comunicação prevista no n.º 1 ou no número anterior, envia cópia da mesma ao serviço do ministério responsável pela área laboral com competência para o acompanhamento e fomento da contratação coletiva”.
- 2.6. No despedimento coletivo *“sub judice”*, a entidade empregadora apresentou os fundamentos do mesmo, consubstanciados em motivos de mercado, nomeadamente, ter o único cliente prescindido de todos os serviços a partir de 01.03.2018.
- 2.7. No que respeita aos critérios de seleção dos trabalhadores a despedir, tratando-se de um despedimento coletivo, foram todos e todas os trabalhadores/as despedidos/as, “A decisão de despedimento coletivo de todos os trabalhadores (...)”.
- 2.8. A entidade empregadora juntou a ata de reunião e informações, o ofício comunicando o despedimento coletivo à DGERT, bem como todas as cartas enviadas aos trabalhadores e trabalhadoras, comunicando as razões do despedimento.
- 2.9. Na verdade, não tendo sido constituída a comissão representativa dos trabalhadores/as a despedir, a entidade empregadora enviou a estes/as, cartas com a documentação relativa à descrição dos fundamentos do despedimento coletivo, o quadro de pessoal, com indicação do número de trabalhadores/as a despedir e das categorias

profissionais abrangidas, bem como a indicação do período de tempo no decurso do qual se pretende efetuar o despedimento.

2.10. Da análise do processo não se vislumbra qualquer indício de discriminação por motivo de maternidade na inclusão das referidas trabalhadoras grávidas no presente processo de despedimento coletivo.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto, a CITE não se opõe à inclusão no despedimento coletivo promovido pela ... das trabalhadoras grávidas, ... e ..., em virtude de se afigurar que tal despedimento não constitui uma discriminação por motivo de maternidade.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018, CONFORME CONSTA DA RESPETIVA ATA, NA QUAL SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE QUORUM, CONFORME LISTA DE PRESENÇAS ANEXA À MESMA ATA.